

JOVENS NEGROS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DURANTE A PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL

YOUNG BLACK PEOPLE IN SOCIAL-EDUCATIONAL MEASURE DURING THE PANDEMIC: AN EXPERIENCE REPORT IN SOCIAL PSYCHOLOGY

Daylan Maykiele Denes¹, Fábio Rodrigues Carvalho², Iago Brilhante Souza³

¹Mestranda em Psicologia (Bolsista CAPES)
– Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: dayland44@gmail.com

²Mestrando em Psicologia (Bolsista CAPES)
– Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: fabio.relativity@gmail.com

³Psicólogo, Residente em Saúde da Família e Comunidade (UNESC).

Contato: psiagosouza@gmail.com

Editor-associado: Laisy de Lima Nunes

Recebido em: 31/12/2023

Aceito em: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Denes, D. M., Carvalho, F. R., & Souza, I. B. (2025). Jovens negros em medida socioeducativa durante a pandemia: um relato de experiência em psicologia social. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 60-76.

Resumo

Este artigo detalha uma experiência de estágio em psicologia social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) em um município do interior de Rondônia, focando em intervenções psicossociais com jovens negros em Liberdade Assistida durante a pandemia de COVID-19. O trabalho evidencia os desafios surgidos com a transição para o atendimento remoto, revelando a complexidade de lidar com essas demandas nesse contexto. Além disso, o texto também destaca os limites e as contradições dos serviços do CREAS na socioeducação desses jovens e aponta a necessidade de uma formação continuada para os profissionais, devido à complexidade das demandas emergentes envolvendo questões raciais e de classe social. O relato proporciona uma discussão sobre o formato desse tipo de intervenção na prática e suas dificuldades em meio à pandemia, além de direcionar um olhar sobre as experiências de estágio na formação em psicologia social.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; pandemia; assistência social; psicologia social.

Abstract

This article details a social psychology internship experience at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in a municipality in the interior of Rondônia, focusing on psychosocial interventions with black young people under Court-Ordered Freedom during the COVID-19 pandemic. The work highlights the challenges that arose with the transition to remote service, revealing the complexity of addressing these demands in this context. Additionally, the text underscores the limits and contradictions of CREAS services in the socioeducation of these young people, emphasizing the need for ongoing training for professionals due to the complexity of emerging demands involving racial and social class issues. The report provides a discussion on the practical aspects of this type of intervention and its difficulties amid the pandemic, as well as offering insights into internship experiences in social psychology education.

Keywords: socio-educational measures; pandemic; social assistance; social psychology.

Introdução

Na contemporaneidade, os dispositivos das políticas sociais, tais como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm proporcionado importantes espaços para o exercício profissional da psicologia. Essa tendência está diretamente vinculada à expansão das políticas públicas nas últimas décadas, correlacionada com o processo de redemocratização do país. Consequentemente, é cada vez mais comum observar psicólogos envolvidos diretamente na esfera das políticas públicas (Silva & Corgozinho, 2011). No entanto, esses espaços em pleno desenvolvimento são permeados por particularidades e contradições próprias, expressando as multideterminações sociais das quais fazem parte.

Nesse contexto, Silva e Corgozinho (2011) explicam que o SUAS foi introduzido em âmbito nacional com o objetivo de constituir uma rede de proteção social estável e duradoura, organizada em duas vertentes de complexidade: proteção social básica e proteção social especial. No âmbito da proteção social básica, é incorporado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destinado a garantir o acesso aos direitos sociais das famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Já na esfera da proteção social especial, segmentada em graus de complexidade média e alta, engloba-se o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), que fornece serviços de complexidade média, envolvendo a assistência a famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, mas cujos laços comunitários ainda não foram rompidos.

Os CREAS desempenham atividades voltadas à proteção e à reintegração social, concebendo e executando estratégias de cunho sociofamiliar, cujo propósito é reestruturar o âmago familiar, conceber alternativas para vivências familiares mais saudáveis, proporcionar acompanhamento individual e viabilizar a recriação e o fomento das conexões comunitárias. Para alcançar esses objetivos, o CREAS dispõe de uma equipe multidisciplinar abrangente, que engloba advogados, assistentes sociais e psicólogos, além da componente administrativa (Silva & Corgozinho, 2011). É nesse contexto que o profissional de psicologia opera, sendo imperativa, ao menos em tese, a colaboração conjunta com a equipe multidisciplinar para aprimorar e impulsionar os serviços oferecidos.

A participação direta de psicólogos no contexto das políticas públicas e em entidades como o CREAS é um tema em discussão e alvo de reflexão crítica. Isso ocorre principalmente porque a prática psicológica ainda é predominantemente associada ao domínio clínico e a própria formação em psicologia tende a ser determinada com base nesse parâmetro. Nesse âmbito, a inclusão dos psicólogos nas políticas públicas oferece uma chance de examinar a formação clínica, principalmente no que se refere à sua característica elitista e excludente. A construção de uma psicologia ativa nas políticas públicas pode contribuir para um aprimoramento da própria área, permitindo que, por meio

da prática social, a psicologia compreenda uma variedade de fenômenos sociais, diferentes construções de subjetividade e os potenciais e as limitações da psicologia nesse domínio (Silva & Cezar, 2013).

Nessa linha, Silva e Cezar (2013) enfatizam que, no contexto do CREAS, em que a abordagem interdisciplinar é fundamental, é crucial que o papel, as funções e as responsabilidades do psicólogo sejam claramente definidas em relação à equipe multidisciplinar. Essa definição deve assegurar uma colaboração contínua com os outros membros da equipe, evitando que a formação predominantemente clínica do psicólogo prejudique o diálogo e a atuação conjunta. A prática muitas vezes leva o psicólogo a adaptar e modificar os referenciais teóricos para se adequar às situações encontradas no CREAS.

Portanto, a atuação do psicólogo no âmbito do CREAS ou em qualquer instituição envolvida com políticas públicas do SUAS exige uma capacitação que transcende o conteúdo abordado nos cursos de formação em psicologia a nível nacional, reconhecendo a carência prática no entendimento das complexas realidades desses setores. O SUAS é um sistema em constante transformação, intrinsecamente ligado ao cenário político e social, e compreender esses elementos é crucial para a atuação consciente das limitações e dos desafios impostos pelo próprio contexto social (Ribeiro et al., 2014).

No tocante às medidas socioeducativas, o CREAS é um instrumento importante na oferta de serviços de proteção social especializada, tanto na Liberdade Assistida como nos Serviços à Comunidade, cabendo à instituição a responsabilidade de apoiar o processo de responsabilização pelo ato infracional (Schmitt et al., 2016). Nesse âmbito, as medidas socioeducativas geralmente têm uma natureza punitiva ao responsabilizar não apenas o adolescente em conflito com a lei, mas também suas características socioculturais.

Ao ressaltar-se a questão dos CREAS e das medidas socioeducativas também como instrumento punitivo de jovens negros e pobres, cabe salientar que essa não é uma característica isolada dentro dos aparelhos institucionais do Estado brasileiro. Como bem delineado por Almeida (2019), a forma do racismo estrutural no Brasil enraíza-se e determina tanto a formação do estado, da cultura, como também sua ordem social, perceptível nas mais diversas dimensões da sociedade brasileira. Entendendo essa perspectiva, é factível que os aparelhos da assistência social também se determinem por essa lógica, já que se parte da análise de que o racismo no Brasil não pode ser olhado a partir de uma dimensão individual, por incorporar-se nas mais fundamentais estruturas da sociedade.

Nessa perspectiva, a abordagem psicológica diante dessa problemática se apresenta como um elemento diferenciador significativo na reinserção e na execução das medidas socioeducativas, dada

a vasta gama de complexidades que permeiam os conflitos legais, incluindo fatores comunitários, questões raciais, de classe social, entre outras. A intrincada natureza desse tema demanda que o profissional de psicologia atue tanto na prática direta quanto na formulação das bases das políticas públicas correspondentes (Dias, 2011).

Para isso, torna-se importante reiterar a perspectiva de uma psicologia social crítica, que se institui a partir das tentativas de ruptura com a ordem positivista e supostamente neutra na qual a psicologia operava e ainda opera. Além disso, questiona-se também a arbitrária separação entre a política e o saber psicológico, com a negação das características mais normativas e adaptativas que alimentaram uma compreensão a-histórica da sociedade (Lane & Codo, 1994).

É de caráter fundamental que a psicologia social crítica não incorra no distanciamento entre teoria e prática, compreendendo que o produtor do conhecimento cumpre também o propósito de agente político no determinado processo em que se insere e atua. A partir disso, o psicólogo inserido em instituições, atuando em políticas públicas, tem como horizonte principalmente a transformação da realidade e o desenvolvimento social de processos emancipatórios (Bock et al., 2007).

Nesse cenário, a questão da estigmatização e culpabilização do “menor infrator” é um aspecto preocupante que se reflete profundamente nas estruturas institucionais do Brasil, as quais geralmente evidenciam o caráter punitivista e racista do Estado brasileiro. Este estigma, associado aos jovens em conflito com a lei, muitas vezes, está enraizado na percepção pública de que eles são inerentemente perigosos ou incorrigíveis, o que pode levar a atitudes punitivas e ações discriminatórias (Cunha, 2022). O sistema de justiça juvenil, frequentemente, reflete esse preconceito, adotando abordagens mais focadas na punição do que na reabilitação e na reintegração social desses jovens. É nessa realidade complexa e atravessada por contradições que o psicólogo deve efetivar sua atuação, buscando superar processos que continuam a reproduzir violências sistêmicas.

Diante dos aspectos que foram abordados, o relato de experiência em questão teve como propósito elucidar as ações de intervenção socioeducativa direcionadas a um conjunto de adolescentes e jovens negros sob medida de liberdade assistida. Essas ações ocorreram durante o Estágio Profissionalizante Institucional em psicologia social, ofertado por uma instituição privada de ensino do interior do estado de Rondônia, totalizando uma carga horária de 60 horas no período de 2021/2. O relatório final de estágio almejou ressaltar a dinâmica das intervenções realizadas com esse grupo de jovens, assim como expor os limites enfrentados pelos estagiários e também pelos profissionais em seu cotidiano de trabalho no período da pandemia de COVID-19 dentro da instituição. Além disso, propõe-se a refletir sobre os desafios da socioeducação no CREAS, que explicitam uma dinâmica de precarização, falta de formação continuada e crítica.

Metodologia

A prática do estágio foi guiada pelos princípios da psicologia social crítica. Seguindo a abordagem de Freitas (1998), os objetivos iniciais do estágio somente foram estabelecidos após uma análise das necessidades do grupo. Ou seja, as ações foram iniciadas somente após obtermos um entendimento abrangente das demandas específicas do público envolvido, estabelecendo a necessidade de processos de trabalho grupal.

A inserção dos estagiários no cenário começou com o interesse do próprio grupo em realizar o estágio no CREAS. A partir disso, foi feita uma solicitação formal documentada através da instituição de ensino. O estágio foi prontamente aceito pela equipe do CREAS do município. Em seguida, ocorreu uma reunião com a equipe técnica da instituição, quando os estagiários coletaram informações sobre a rotina de trabalho, as necessidades e os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19.

Na análise da equipe técnica, composta por uma assistente social e uma psicóloga, destacou-se como principal necessidade a atividade de intervenção junto ao grupo de jovens em liberdade assistida. A equipe mencionou dificuldades no manejo dos encontros *online* com os jovens e uma adesão limitada a essas reuniões. A partir do diálogo com os profissionais que conduziam esse grupo, foi elaborado um plano de trabalho coletivo, combinando os conteúdos considerados fundamentais pelos profissionais no processo de socioeducação desses jovens e a formação de um espaço de escuta para que esses jovens pudessem expressar suas demandas ou sugestões.

Temas como orientação profissional, conflitos familiares e violência urbana foram trazidos pela própria equipe, baseando-se em suas experiências de trabalho. A escolha do método de trabalho em grupo foi motivada pelas vantagens que ele oferece, como a possibilidade de compartilhar vivências, identificar valores pessoais e confrontar atitudes e sentimentos do cotidiano. Além disso, o trabalho em grupo fortalece os laços entre os participantes e promove um aprendizado coletivo por meio de diálogos direcionados. Em outras palavras, o grupo serve como um canal para expressar sentimentos, emoções e necessidades, facilitando a compreensão das representações que os indivíduos elaboram e revelando como eles se relacionam consigo mesmos e com os outros (Acuna & Silva, 2020).

Devido à situação da pandemia de COVID-19, as reuniões precisaram ser realizadas de maneira virtual. A partir dessa adaptação, surgiu a necessidade de facilitar discussões em formato de rodas de conversa *online*, direcionadas aos jovens em medida socioeducativa de liberdade assistida. A maioria dos participantes tinha entre 15 e 20 anos, sendo do sexo masculino, negros e residentes das periferias da cidade e zona rural.

Utilizando a plataforma Google Meet, realizaram-se sessões temáticas semanais, totalizando sete intervenções. As reuniões contaram com a presença da assistente social que geralmente mediava os encontros. No entanto, a participação nem sempre foi completa, com a maioria das reuniões

contando com apenas três participantes e uma com apenas um jovem presente. Em sua maioria, esses indivíduos vinham de contextos de desigualdade social elevada, com pouco acesso à internet para participar dos encontros. Nota-se que a maioria residia em áreas urbanas periféricas, com apenas um jovem vindo de uma área rural. As intervenções abordaram tópicos diversos, com ênfase em debates sobre racismo e questões sociais, discussões sobre escolha de carreira e planos para o futuro, bem como exposições sobre a importância da comunicação não violenta e formas assertivas de interação.

No próximo tópico, serão apresentados os principais desfechos do estágio, destacando as transformações percebidas e compartilhadas pelos jovens por meio das intervenções conduzidas durante os encontros. Logo após, serão discutidas algumas reflexões pertinentes ao âmbito do trabalho de intervenção psicossocial dentro do CREAS, enfocando as perspectivas e limitações da atuação observada diante da população pobre e negra no país.

Resultados e Discussão

As intervenções com os jovens em tempos de pandemia de COVID-19

As intervenções de caráter socioeducativo realizadas durante o estágio enfrentaram notáveis limitações devido à pandemia de COVID-19, o que exigiu a completa transição para um formato *online*. Diante desse cenário, fomos compelidos a adaptar nossas abordagens para o ambiente virtual, buscando criar encontros motivadores e que encorajassem a participação ativa dos jovens. Em consonância com Camacho (2020), é relevante ponderar sobre os desafios inerentes ao contexto remoto, abarcando os processos de educação e aprendizado, que envolvem questões como assegurar um acesso eficiente à internet e a outros recursos tecnológicos que permitam a participação, promover a capacitação de profissionais e demais envolvidos, além de criar um ambiente virtual engajado no contexto do ensino a distância, entre outras considerações.

De imediato, para além da dinâmica inerente ao ambiente virtual, constatamos que o acesso à internet se apresentava como um desafio significativo para a efetiva condução dos encontros com os jovens. Apenas uma minoria possuía acesso à internet, o que impactava negativamente sua participação de maneira constante. Esse cenário já evidenciava certos obstáculos inerentes às intervenções realizadas em formato virtual. Conforme as observações de Stevanim (2020), a dificuldade que certos segmentos da sociedade brasileira enfrentam para acessar a internet enfatiza a existência de processos de disparidade social e racial, que excluem populações inteiras das várias esferas de participação. Essa realidade ilustra a maneira pela qual a desigualdade estrutural permeia aspectos fundamentais da vida cotidiana, impactando o acesso a recursos e oportunidades essenciais. A exclusão digital resultante não só perpetua a marginalização desses grupos, mas também amplia as lacunas de conhecimento e poder entre diferentes setores da sociedade.

Assim, a questão do acesso à internet não apenas se tornou um desafio técnico para a realização das intervenções, mas também trouxe à luz uma questão social mais ampla, evidenciando as desigualdades existentes. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que a justiça determinava a obrigatoriedade de esses jovens participarem das intervenções junto ao CREAS, como condição de manutenção da liberdade assistida, não era garantido nenhum direito de acesso à internet que possibilitasse uma participação mais efetiva.

Outra questão enfrentada envolveu certas práticas relacionadas à educação bancária, adotadas pelos profissionais responsáveis pela socioeducação dos jovens no próprio CREAS. Na abordagem da educação bancária, o processo educativo é estruturado de forma que o educador assume o papel ativo e detentor do conhecimento, enquanto o aprendiz é visto como um receptor passivo no qual o conhecimento é depositado. Isso se traduz na ideia de que o aluno é equiparado a um recipiente vazio no qual o educador introduz fórmulas, informações e saberes científicos até que o aluno seja "enriquecido" com esses conteúdos (Freire, 2005). Essas práticas eram evidentes nos primeiros encontros virtuais que acompanhamos, nos quais os jovens eram pouco ouvidos e, muitas vezes, advertidos de maneira autoritária.

No entanto, é importante observar, como apontado por Da Luz Junior (2022), que os métodos de ensino remoto tendem a acentuar certos aspectos da educação bancária. Isso ocorre porque eles frequentemente geram ambientes impessoais e verticais, nos quais a dinâmica é predominantemente de transmissão unidirecional, com um emissor ativo e um receptor passivo. Ademais, a ausência de uma formação adequada para o uso de ambientes virtuais durante a pandemia pode ter limitado consideravelmente as práticas interventivas remotas.

Isso nos levou a uma profunda reflexão sobre a relevância de considerar elementos na concepção e implementação de abordagens de intervenção que promovam processos ativos e dialógicos de participação, mesmo com todas as limitações já apontadas. Como ressaltado por Freire (2014), é fundamental estabelecer uma relação de diálogo entre educador e educando, na qual o ato de aprender seja uma construção mútua através da experiência compartilhada. Nessa perspectiva, a busca por uma socioeducação efetiva envolve compreender o contexto do público-alvo. Através de uma práxis crítica, tentou-se não somente transmitir informações, mas também possibilitar que os indivíduos sejam protagonistas ativos em sua jornada de desenvolvimento.

Nessa dinâmica, o primeiro encontro contou com a participação de três jovens, tendo como objetivo promover uma discussão aberta acerca de temas musicais, buscando criar um ambiente informal e estabelecer uma conexão mais próxima com o público-alvo da intervenção, inspirada nas narrativas dos Racionais MC's. A escolha desse tema se fundamentou na intenção de explorar a

realidade retratada nas músicas do grupo, que aborda as experiências da população negra e das comunidades periféricas.

Convidamos os participantes a compartilharem suas relações pessoais com as músicas e a dizer se alguma delas possuía um significado emocional ou abordava uma questão particularmente relevante para eles. Exploramos as referências históricas presentes nas canções, contextualizando o cenário político e social no qual elas foram criadas, mencionando acontecimentos marcantes da década de 1990 que provocaram intensos debates sobre o racismo no Brasil, a violência nas áreas periféricas e os direitos humanos (Racionais MC's, 1997).

Durante esse encontro, foi explorado o contexto histórico da formação do grupo e o contexto da violência policial que rondava a década de 90, fazendo referência principalmente a três acontecimentos importantes: O massacre do Carandiru (1992), A chacina da Candelária (1993) e A chacina de Vigário Geral (1993) (Farias, 2008). Letras do grupo foram utilizadas para promover reflexões com os jovens, tendo como principais exemplos as canções *Capítulo 4, Versículo 3*, que enfatiza o problema da violência policial e da desigualdade nas periferias, e *Fórmula mágica da paz*, que cumpre a função de promover uma reflexão sobre o diferencial de tentar viver uma vida longe da criminalidade e fortalecer sua própria comunidade e família (Racionais MC's, 1997).

Nesta ação, a presença dos jovens foi notavelmente mais reservada, sendo sua participação geralmente limitada. O formato virtual impôs um desafio considerável em termos de interação; contudo, é importante ressaltar que, mesmo diante desses desafios, a conversa se revelou gratificante, permitindo identificar que alguns jovens conseguiram compartilhar suas vivências e preferências musicais. Além disso, a troca de experiências e gostos musicais proporcionou um panorama mais abrangente das percepções individuais e da forma como a música pode ser um veículo de expressão e conexão dentro do grupo.

Os profissionais da equipe técnica do CREAS participaram como ouvintes nesse processo e realizaram um diálogo conosco, destacando que é muito comum que esses grupos não fossem produtivos, mesmo no seu modelo presencial, e que a dinâmica se concentrava mais em saber se os membros não tinham voltado a se envolver em conflitos, tanto com a comunidade quanto com familiares e afins. Durante toda a experiência do grupo, do primeiro ao último encontro, esses profissionais estiveram presentes, acompanhando e mediando as intervenções e proporcionando *feedbacks* quando necessário.

Outro tópico explorado nos encontros posteriores diz respeito à orientação profissional, visando dialogar sobre o processo de escolha de carreira e o mundo do trabalho e as vias para atingir tal objetivo. Durante a abordagem desse assunto, houve uma participação mais ativa, especialmente por parte de um adolescente que manifestou um notável interesse pelo tema. No entanto, a interação

dos jovens ainda permaneceu relativamente limitada, com suas contribuições ocorrendo principalmente quando eram diretamente questionados.

O construto da orientação profissional se desenvolve no Brasil em diversos formatos, determinado, por muitos anos, pelo processo da psicometria e a partir de uma ordem elitista, visando as classes mais altas do país, que estavam inseridas no contexto das universidades e das instituições de Ensino Superior (Dias, Silva, & Pacheco, 2022). Durante a experiência com o grupo de liberdade assistida, encontrou-se dificuldade, com esses jovens inseridos no programa, de perceber um horizonte de uma vida profissional ou até de perspectiva de trabalho, compreendendo que o construto de “trabalho” era apenas entendido como o contrário de ser um infrator.

Nesse quesito, a compreensão do fenômeno da orientação profissional, a partir da perspectiva sócio-histórica na psicologia social, concentra-se, antes de tudo, em promover a conscientização dos indivíduos sobre si mesmos, o contexto social e histórico em que estão inseridos, assim como suas possibilidades e limitações. Isso permite que os participantes se percebam como agentes ativos e responsáveis em sua trajetória profissional. Dessa forma, a escolha profissional pode ser interpretada como uma parte integrante do processo de formação e constituição do sujeito (Mendonça & Oliveira Costa, 2020).

A partir disso, o foco concentrou-se em destacar para os participantes as possibilidades e limitações do território em que vivem, dos recursos existentes, do município onde moram, buscando, assim, um diálogo ativo com os jovens. A compreensão de como os adolescentes atribuem significado ao seu papel na sociedade brasileira revela uma tendência à desvalorização de si mesmos diante de uma estratificação social marcada por classes. Suas necessidades, centradas na manutenção familiar, entram em contradição com o anseio pelo desenvolvimento pessoal, sendo que, para alcançar esse objetivo, eles percebem a necessidade de possuir bens materiais. Esse desejo de adquirir esses bens é impulsionado pela aspiração de pertencer a uma camada social reconhecida e respeitada (Mendonça & Oliveira Costa, 2020).

Perguntou-se sobre a frequência escolar e o nível de ensino atual de cada participante, sendo que somente um deles já concluiu o Ensino Médio. Um dos participantes expressou uma aparente indiferença em relação à escolha de uma carreira, afirmando que qualquer opção seria aceitável para ele. Apesar disso, quando indagado sobre os porquês dessa opinião, não expressou vontade em dialogar sobre. Durante o encontro, foram discutidas as diferentes alternativas disponíveis para a escolha profissional, em uma tentativa de apresentar possibilidades que, muitas vezes, podem ser desconhecidas pelos jovens, como a de cursar uma faculdade pública, ou mesmo privada através de programas governamentais, ou ainda as formações técnicas disponíveis e como é possível adentrar nesse tipo de formação. Nesta intervenção, que teve caráter informativo em forma de diálogo, alguns

jovens mostraram-se interessados, fazendo perguntas relacionadas a como poderiam acessar cursos técnicos ou uma faculdade pública ou privada.

Nesse aspecto, destacamos a importância da orientação profissional como apoio aos indivíduos em situações de vulnerabilidade, possibilitando processos de autonomia que rompam com os limites das desigualdades. É notório que fatores de raça e de classe têm um impacto significativo na condição de vulnerabilidade que esses grupos sociais enfrentam diariamente, assim como o seu acesso a possibilidades de trabalho (Silva & Braz, 2020). O propósito das intervenções foi refletir sobre as possibilidades de escolha de um trabalho, visando a estimular análises críticas com relação à concepção de carreira, possibilitando pensar caminhos em suas próprias trajetórias de vida.

Ademais, pensar que as diferentes reações sobre o tema – participação entusiasmada de um jovem, indiferença de outro, silêncio dos demais – pode refletir as nuances de uma realidade que muitas vezes se revela violenta e expressa contradições inerentes à dinâmica de vida dos próprios jovens. É fundamental reconhecer que, para esses jovens, a participação em encontros desse tipo pode ser percebida como coercitiva, considerando os contextos em que estão inseridos, mas também podem produzir sentidos novos sobre determinadas questões.

Como Martín-Baró (1997) sustenta, em ambientes sociais marcados por desigualdades, frequentemente impregnados de um fatalismo político e social, o psicólogo deve ter um olhar crítico perante uma realidade que efetiva violências cotidianas. Nesse sentido, é crucial que o profissional psicólogo não apenas compreenda os sentimentos subjacentes às distintas histórias de vida, mas se engaje ativamente na identificação e no fomento de estratégias coletivas de enfrentamento das disparidades sociais.

As intervenções finais tiveram como propósito a exploração da comunicação não-violenta, delineando a distinção entre a comunicação assertiva e a violenta, além de abordagens para desenvolver possibilidades de uma comunicação mais adequada. No entanto, essas sessões enfrentaram uma notável falta de participação, com uma interação bastante limitada por parte dos jovens. O encontro de encerramento, em particular, foi marcado pela ausência de participação dos jovens, sublinhando mais uma vez as limitações e a falta de envolvimento inerentes a esse formato de encontros virtuais. É plausível considerar que, sob circunstâncias presenciais, os resultados poderiam ter sido mais frutíferos. Os últimos encontros se deslocaram em direção a um formato expositivo, divergente daquele originalmente planejado, que visava uma participação ativa dos presentes.

Esses últimos encontros evidenciaram que os desafios inerentes a uma interação *online* são incontestáveis, conforme argumenta Oliveira e Oliveira (2020): em ambientes virtuais, a natureza pouco enriquecedora pode resultar na perda de conexões interpessoais significativas. O escopo de possíveis abordagens também tende a ser limitado, muitas vezes restringindo-se a formatos

convencionais. A introdução de elementos surpresa, tais como dinâmicas interativas ou outras técnicas, enfrenta obstáculos consideráveis em um ambiente virtual. Outrossim, para os jovens sob medidas socioeducativas, a necessidade de participação pode resultar em uma adesão limitada e uma menor predisposição para uma participação ativa e engajada.

Mesmo diante dos obstáculos enfrentados nas intervenções conduzidas de maneira virtual, foi notório que todas essas práticas desempenharam um papel importante na amplificação do entendimento referente à dinâmica estrutural de uma entidade social como o CREAS. Essas experiências contribuíram para uma compreensão mais concreta das complexidades que permeiam o funcionamento e a atuação do mencionado órgão. Durante esse processo, pode-se discernir limitações evidentes nas intervenções com jovens submetidos à liberdade assistida, o que ressalta a presença de uma certa uniformidade nas abordagens institucionais. Devido à brevidade do estágio e à sua natureza virtual, houve uma dificuldade em superar a baixa participação dos jovens, mantendo-se esse aspecto monolítico das interações.

O trabalho profissional de Socioeducação no CREAS: limites e possibilidades

Uma medida socioeducativa, assim como em outras áreas de políticas públicas, como as de saúde, enfatiza a importância da participação ativa dos socioeducandos no processo de intervenção socioeducativa. A abordagem de Volpi (1997) reconhece que a prática da socioeducação deve intrinsecamente promover a formação para a cidadania como um princípio orientador fundamental em sua implementação. Assim, as intervenções necessitam de foco na reabilitação desses jovens e a reflexão responsável sobre o ato infracional, com a consideração de que a prática da socioeducação não se torne apenas a promoção de ocupação para um tempo “ocioso” do adolescente, mas um exercício fundamental de educação para viver em sociedade.

A partir disso, entende-se que a psicologia exerce um papel absolutamente central no exercício da criação de sentido desses jovens em conflito com a lei, considerando que a formação do sentido não é vista como um processo isolado, mas sim como uma interação complexa entre o sujeito e seu meio social e cultural. Vigotski (2008) argumentava que o desenvolvimento humano ocorre dentro de um ambiente sociocultural, no qual as atividades, ferramentas e práticas da cultura são basilares na construção de sentidos.

Diante da experiência com o grupo de Liberdade Assistida, foi perceptível, na vivência desses jovens, que a adaptação do sujeito ao mundo cumpria, por vezes, uma função punitiva, com reflexões abstratas sobre a gravidade das infrações cometidas, numa perspectiva de promover o arrependimento. Nessa circunstância, buscou-se, nas intervenções, posicionar o grupo como mediador entre o jovem e a realidade que o cerca.

O CREAS, nesse quesito, precisa exercer esse papel de mediação entre o jovem infrator e uma nova relação com o mundo que possa, a partir das suas possibilidades concretas, organizar-se de forma mais saudável e assertiva. Entende-se que, de muitas formas, as equipes profissionais que atuam nessa mediação não exercem a profissão a partir de uma perspectiva antirracista ou compreendendo os determinantes sociais de todo esse processo, o que nos remete aos diversos déficits da formação profissional, mas também ao caráter punitivo dessas instituições (Baptista, 2020).

Enquanto déficit da formação, entendemos que a psicologia, historicamente, organiza suas intervenções a partir de uma perspectiva elitista. Ou seja, muitos currículos ainda carecem de uma abordagem crítica e sensível às questões étnico-raciais e socioeconômicas, perpetuando uma visão eurocêntrica que não se alinha com a realidade multifacetada do país. Somado a isso, a formação muitas vezes não aborda de maneira aprofundada as implicações do racismo, da desigualdade e das opressões estruturais na saúde mental e no bem-estar das populações historicamente marginalizadas. O resultado é uma lacuna entre o conhecimento teórico adquirido e a habilidade de aplicá-lo de maneira eficaz e culturalmente sensível na prática profissional (Gonçalves, 2020).

Desse modo, a formação muitas vezes não contempla adequadamente tópicos como gênero, sexualidade, direitos humanos, políticas públicas e questões ambientais, que têm grande relevância para uma compreensão aprofundada dos indivíduos e da sociedade. Esse descompasso entre a formação tradicional e as demandas atuais impacta a eficácia dos profissionais em lidar com os desafios emergentes e promover mudanças sociais positivas (Gonçalves, 2020). Por vezes, o profissional adota perspectivas moralizantes diante do jovem infrator, produzindo conflitos e limitando um real movimento de ressocialização. Isso soma-se ainda aos problemas amplos de precarização dos aparelhos do SUAS e das instituições públicas.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo em contextos como o SUAS amplia-se cada vez mais a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multiprofissional. A atuação junto ao assistente social é uma das referências para planos de ressocialização diversos de vários formatos. A parte disso, é de suma importância adentrarmos aos profundos problemas da precarização dessas instituições sociais, bem como de sua desorganização (Pauli et al., 2019).

Para Rizzini (2006), o conceito de redes sociais é intrincado e se constrói a partir de grupos que se unem para atender de maneira mais eficaz às suas necessidades, desafiando práticas historicamente controladas verticalmente. O modelo de trabalho em rede apresenta uma estrutura horizontal e expansiva, formada pelos laços estabelecidos entre seus participantes. Nessa perspectiva, existe a necessidade de que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possa redefinir os serviços socioassistenciais, rompendo com a abordagem segmentada de atendimento e migrando para uma

configuração baseada em redes de proteção social. Essa mudança organiza e garante um conjunto abrangente de seguranças sociais para os indivíduos (Colin, 2008).

Contudo, a realidade dos recursos limitados e sua distribuição desigual levam à escassez de serviços, comprometendo a construção de redes efetivas. Esse cenário dificulta a articulação política em rede, resultando, na prática, em ações assistenciais aparentemente isoladas e desconectadas de um projeto amplo de proteção social. A ausência de uma formação continuada e assertiva para o trabalho de socioeducação em seu caráter multifacetário articula, como ocorre no CREAS aqui relatado, uma política escusa e coercitiva, na qual os jovens em conflito com a lei cumprem obrigações de participações em grupos e atividades.

A natureza dinâmica das demandas enfrentadas no campo das medidas socioeducativas torna a formação continuada das equipes multiprofissionais uma prioridade inegável. Os jovens atendidos muitas vezes carregam experiências de trauma, marginalização e desigualdade, que demandam uma abordagem sensível e individualizada. Através da formação continuada, os profissionais podem adquirir ferramentas para lidar com situações complexas e desenvolver estratégias eficazes para a promoção da resiliência e reintegração desses jovens na sociedade (Paes et al., 2008).

Articular para que as práticas assistenciais estejam mais intrincadas e relacionadas com os objetivos da política brasileira de assistência social e com a questão social brasileira tem sido tema frequente de discussão acadêmica, levando em consideração as premissas de Netto (2017), que entende a questão social como um resultado das disparidades entre a capacidade de produção da sociedade e a capacidade de atender às necessidades básicas de todos os seus membros. Isso inclui não apenas a falta de acesso a bens materiais, mas também a negação de direitos sociais, culturais e políticos fundamentais para uma vida digna. A questão social, segundo sua perspectiva, é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, uma vez que as desigualdades e contradições surgem do próprio funcionamento do sistema, no qual a busca pelo lucro se sobrepõe às necessidades humanas.

Levando em consideração ainda que a questão social não tem um formato estático, mas sim dinâmico e sujeito a transformações ao longo do tempo (Netto, 2017), as contradições societárias que envolvem o universo de um adolescente infrator podem se manifestar de várias maneiras em diferentes contextos históricos e geográficos, mas seu cerne permanece ligado às relações sociais desiguais e às contradições inerentes ao sistema capitalista.

Em Aguiar (2007), há a consideração de que a raça desempenha um papel fundamental na determinação das posições dentro da estrutura de classes, atuando como um fator que contribui para a criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e em outros aspectos da vida social. A ideia de que a miscigenação teria criado uma sociedade mais tolerante e híbrida não diminui a

realidade de que a raça e a classe estão intimamente interligadas no Brasil. Em suma, é factível dizer que a pobreza tem cor no Brasil e que as instituições públicas como um todo lidam com isso diariamente.

As reflexões possíveis sobre as condições de vida desses jovens negros em medida socioeducativa, discutidas nesse relato, necessariamente precisariam considerar o indubitável fatalismo da vivência em periferia, organizando ainda as considerações sobre os atravessamentos e os amplos traumas psicossociais que envolvem esse mesmo contexto, não necessariamente criando um sentido ou uma consciência, mas antes sim, compreendendo e articulando os determinantes de uma consciência e um sentido que já existem e que podem de diversas formas ser desenvolvidas em formato dialógico.

Considerações Finais

O estágio realizado no CREAS, com foco na intervenção junto a um grupo de jovens negros em medida socioeducativa de liberdade assistida, proporcionou uma experiência repleta de desafios e oportunidades de aprendizado. A abordagem proposta, caracterizada por sua dinamicidade e natureza dialógica, concentrou-se em tópicos como música, arte, orientação profissional e comunicação. Essa abordagem visou a adaptar-se às circunstâncias e aos interesses particulares dos adolescentes envolvidos, levando em consideração as complexas intersecções de raça e classe social que os afetam. No entanto, mesmo que as intervenções buscassem outras formas de pensar o processo socioeducativo, existiam fatores limitadores complexos, sendo importante reconhecê-los e levantar algumas reflexões críticas.

Através da dinâmica das intervenções, ficou evidente a dificuldade em assegurar a participação ativa dos jovens nos encontros virtuais. A baixa adesão refletia tanto o desafio de engajar os adolescentes em uma plataforma digital quanto as restrições impostas pela longa persistência da pandemia de COVID-19 e a insuficiente adaptação a essa nova realidade. A necessidade de se ajustar a um modelo de interação completamente diferente foi um obstáculo enfrentado por diversas instituições, e isso se mostrou verdadeiro também para o CREAS. O acesso inadequado à internet pelos jovens se mostrou um obstáculo concreto, pois, embora fossem obrigados a participar das intervenções, muitas vezes não dispunham dos recursos mínimos para fazer isso com qualidade.

Além disso, vale destacar que a abordagem de socioeducação adotada pela instituição era caracterizada por uma educação bancária, marcada por aspectos autoritários. Isso gerava dificuldades significativas na valorização dos jovens como atores ativos do próprio processo socioeducativo. Destacamos que a intervenção socioeducativa, semelhante a outras áreas de políticas públicas, como a saúde, ressalta a importância da participação ativa dos jovens em conflito com a lei.

Tal processo envolve promover a cidadania como princípio central e requer uma abordagem que vá além de apenas ocupar o tempo dos adolescentes, mas também proporcionar uma educação contextualizada e humanizada que colabore para sua autonomia. No entanto, é evidente que as equipes de profissionais muitas vezes não adotam uma abordagem antirracista ou compreendem os determinantes sociais nesse processo, o que reflete a necessidade de uma formação profissional continuada e crítica.

O déficit na formação profissional em psicologia é evidente nesses contextos, com a falta de abordagem crítica e sensível às questões étnico-raciais e socioeconômicas. Isso leva a uma lacuna entre o conhecimento teórico e sua aplicação eficaz na prática, especialmente nas intervenções com jovens em conflito com a lei. Somado a isto, a falta de uma abordagem abrangente em tópicos como gênero, sexualidade, direitos humanos e questões ambientais limita a compreensão holística dos indivíduos e da sociedade.

A falta de formação continuada e adequada para lidar com a complexidade da socioeducação resulta em políticas coercitivas, em que os jovens em medida socioeducativa são submetidos a obrigações sem uma abordagem sensível e contextualizada. Para lidar com esses desafios, é necessário que o SUAS redefina os serviços socioassistenciais para uma abordagem baseada em redes de proteção social. No entanto, a distribuição desigual de recursos limita a construção de redes efetivas, prejudicando a eficácia das ações assistenciais.

Entendemos que as limitações desta experiência se dão principalmente pela necessidade do seu formato *online*, mas também pela baixa adesão dos jovens ao grupo proposto. Destacamos a aproximação limitada entre os estagiários e os profissionais da instituição. Para além disso, pontuamos a necessidade de que projetos de extensão com intervenção direta em dispositivos da assistência social e da socioeducação sejam mais constantes, no sentido da pesquisa-ação, e com maior análise sobre o campo institucional. Consideramos, ainda, que em futuras pesquisas neste cenário seja imprescindível que um olhar acurado e interseccional seja direcionado como determinantes tanto nas análises quanto na sistematização das intervenções.

Em última análise, a abordagem interdisciplinar e sensível é essencial para uma intervenção socioeducativa eficaz, especialmente em contextos desafiadores como o CREAS. A compreensão das intersecções entre raça, classe e outras dimensões sociais é crucial para oferecer suporte adequado a jovens em conflito com a lei e promover mudanças sociais reais. A formação profissional contínua, incluindo uma abordagem crítica e sensível, é fundamental para atender às demandas complexas da socioeducação e enfrentar os problemas estruturais subjacentes à questão social no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Acuna, J. T., & da Silva, N. R. (2020). Contribuições da Psicologia Social à formação de representações sociais que prescindam de preconceito: um relato de experiência. *Educação em revista*, 21(01), 95-108. Recuperado de <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n01.07.p95>
- Aguiar, M. M. (2007). A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 36, 83-88. Recuperado de https://www.academia.edu/96844750/A_construção_das_hierarquias_sociais_classe_raça_gênero_e_etnicidade
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Baptista, G. A. (2020). Contradições da internação socioeducativa: entre a prática e a prescrição normativa. *Contexto Jurídico*, 7(1), 297-320. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contexto/article/view/76316>
- Bock, A., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). *A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3a. ed.). Cortez.
- Cunha, V. H. D. (2022). *Quando viver é driblar o risco: racismo de estado, políticas de morte e homicídios na adolescência desde uma perspectiva localizada* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253297>
- Colin, D. R. A. (2008). *Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/17500>
- Camacho, A. C. L. F. (2020). Ensino remoto em tempos de pandemia da covid-19: novas experiências e desafios. *Online braz. j. nurs.*, 19(4), 1-4. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/midias/biblio-1145525>
- Dias, I. de M. T. (2013). Estigma e ressocialização – uma análise sobre direitos humanos e a reintegração de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Videre*, 3(6), 87-109. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/1050>
- Dias, D. A. A., Silva, C. M., & Pacheco, L. F. O (2022). Orientação Profissional para classes populares: desenvolvimento da responsabilidade social da Psicologia. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar*, 3(5), 1-21.
- Da Luz Junior, L. S. C. (2022). Ensino remoto emergencial: inovação ou nova educação “bancária”? In A. C. F. Rosa. (Org.), *Paulo Freire Antes que seja tarde* (pp. 242-250). Appris.
- Farias, J. (2008). Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. *Teoria & Sociedade*, 15(2), 138-171.
- Freitas, M. D. F. Q. D. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(1), 175-189. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gonçalves, M. A. (2020). *Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. Mórula Editorial.
- Lane, S. T., & Codo, W. (1994). *Psicologia Social: o homem em movimento*. Brasiliense.

- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Mendonça, L. B., & de Oliveira Costa, F. Á. (2020). A Orientação Profissional na perspectiva sócio-histórica: intervenção psicossocial junto à camada popular. *Psicologia em Ênfase*, 1(1) 170-187.
- Netto, J. P. (2017). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Cortez.
- Oliveira, A. C. D., & Oliveira, J. C. (2020, 17 a 20 de novembro). *Educação on-line: o alcance e as dificuldades do ensino remoto em tempos de pandemia*. [Apresentação de trabalho]. Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História-perspectivas Web, virtual. https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epeh2020/1605235620_ARQUIVO_af86e5351b76ec7b5b3ed11763ad6cf7.pdf
- Pauli, C. G., Traesel, E. S., & Siqueira, A. C. (2019). A precarização do trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e188301. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>
- Paes, P. C. D., Amorim, S. M. F., & Pedrossian, D. R. D. S. (2008). *Formação continuada de socioeducadores*. UFMS. http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202013.%20Cader%20no%204.%20PIA.pdf
- Racionais MC's. (1997). Capítulo 4, Versículo 3. Em *Sobrevivendo no inferno* (Faixa 3). Cosa Nostra Fonográfica.
- Rizzini, I. (2006) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. Cortez.
- Silva, J. V. D., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23(esp.), 12-21. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/?lang=pt>
- Soares da Silva, A., & Ramos Braz, S. R. (2020). Orientação Vocacional, raça e poder: implicações psicopolíticas de processos de dominação social. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 18(44). <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/cristal44.html>
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v4n1/a07.pdf>
- Schmitt, A. A., do Nascimento, D. M., & Schweitzer, L. (2016). Grupo com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: relato da experiência em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 399-411. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200010&lng=pt&tlng=pt
- Stevanim, L. F. (2020). Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: Comunicação e Saúde*, 215, 10-15. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/43180>
- Volpi, M. (1997). *O adolescente e o ato infracional*. Cortez.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes.